

## Crônicas Militares Nacionais

Tenente-coronel  
Miguel Silva Machado



### Reforço orçamental para missões no Afeganistão

Em Julho de 2009 o Conselho de Ministros decidiu reforçar o orçamento destinado às Forças Nacionais Destacadas tendo em vista a missão no Afeganistão. Nos termos desta resolução (72/2009, publicada em Dário da República a 26 de Agosto):

*“...Nesta conformidade, as Forças Armadas irão preparar e projectar dois contingentes: um constituído por uma aeronave C -130, para apoio às eleições no corrente ano, de 27 de Julho a 24 de Outubro, envolvendo 41 militares; e outro constituído por uma força de escalão companhia, análoga à que operou naquele teatro de operações entre Agosto de 2005 e Julho de 2008, com um efectivo de cerca de 170 militares, para reforçar a nossa participação em 2010. Tendo presente que na elaboração do Orçamento do Estado para 2009 não foi contemplado o empenhamento destas forças naquele teatro de operações, mas que se coloca agora essa necessidade, de forma superveniente e que não era previsível àquela data, importa garantir a dotação orçamental necessária.*

Assim:

*Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:*

- 1 — Decidir o envio de dois contingentes militares para o Afeganistão, no âmbito da ISAF — International Security Assistance Force, sob comando da OTAN.*
- 2 — Autorizar o dispêndio de e 13.745.000, no corrente ano, para suportar os encargos de preparação e aprontamento do contingente militar para o reforço do contributo nacional, no âmbito da ISAF, sob comando da OTAN.*
- 3 — Determinar que os encargos decorrentes da presente participação nacional na operação militar mencionados no número anterior são suportados pelo orçamento do Exército e da Força Aérea destinado às forças nacionais destacadas, o qual é reforçado no valor de e 5.354.000 e e 8.391.000, respectivamente, por transferência do Ministério das Finanças e da Administração Pública...”*

# **Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento**

O Conselho de Ministros de 16 de Julho de 2009 aprovou um extenso documento intitulado “Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento”, que foi publicado na íntegra no Diário da República de 26 de Agosto de 2008, e que pode ser consultado/descarregado através do site Diário da República electrónico (<http://dre.pt/>). Deixam-se no entanto aqui os seus principais tópicos:

## **Parte I**

*1 – Enquadramento*

*2 – Coerência e coordenação das políticas de segurança e desenvolvimento*

*2.1 – Objectivos e prioridades para a acção externa na área da segurança e defesa*

*Organização das Nações Unidas*

*Organização do Tratado do Atlântico Norte*

*União Europeia*

*Organização para a Segurança e Cooperação na Europa*

*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*

*2.2 – Objectivos e prioridades da cooperação portuguesa*

## **Parte II**

*1 – Objectivos da Estratégia*

*2 – Instrumentos de implementação da Estratégia*

*2.1 – Promover uma maior coerência e coordenação da intervenção do Estado português na acção externa global em matéria de segurança e desenvolvimento*

*2.2 – Identificar mecanismos e instrumentos existentes e a criar que permitam uma programação e acção mais integrada da cooperação nos países em situação de fragilidade*

*2.3 – Promover a sistematização das boas práticas e a partilha da informação entre os actores no âmbito da segurança e desenvolvimento, na sede e no terreno*

*2.4 – Potenciar o diálogo político com as redes da sociedade civil detentoras de conhecimento útil sobre as realidades em questão*

*2.5 – Aprofundar a interacção com os parceiros internacionais neste domínio.*

## **“Felino 2009” em Moçambique**

Decorreu em Moçambique, na Escola de Formação de Sargentos, em Boane, no final do mês de Agosto de 2009 mais uma edição, a 10ª, do exercício “Felino” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Desta vez em “formato postos de comando” ou seja sem tropas a actuar no terreno mas apenas com militares a trabalhar num estado-maior multinacional criado para o efeito,

simulou-se uma operação de apoio à paz. Foram 66 os militares envolvidos no período de 24 a 28 de Agosto, *“que passaram por uma fase inicial de consolidação e refrescamento dos processos de planeamento operacional actualmente em fase de harmonização ao nível da CPLP, utilizam as facilidades de um centro de controlo, montado por militares Portugueses, que permite a um Estado-Maior e ao Comando da Operação o acesso a facilidades iguais às disponíveis no centro em São Tomé e Príncipe, mensagens militares, intranet militar e Internet. O estabelecimento de links satélite veio ainda tornar possível não só a interligação dos centros de Portugal, São Tomé e Moçambique através de sistemas seguros mas também permitir o acompanhamento e participação no exercício de outros militares nesses países”*, segundo informou em Lisboa o EMGFA.

Neste âmbito, Portugal disponibilizou e montou diverso material informático (36 computadores, 2 servidores, 2 routers, calhas técnicas, projectores, impressoras) e estabeleceu as redes necessárias, facilidades estas que uma vez terminado o exercício serão entregues às FA de Moçambique.

## **Criada “Zona de Caça Nacional do Campo Militar de Santa Margarida”**

Por Portaria dos Ministros da Defesa Nacional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de 25 de Agosto (n.º 962/2009), foi criada a Zona de Caça Nacional do Campo Militar de Santa Margarida, com a gestão a ser uma responsabilidade do Estado-Maior do Exército.

## **A Defesa Nacional nos programas eleitorais**

Os principais partidos concorrentes às eleições legislativas - 27 de Setembro de 2009 - divulgaram as suas propostas eleitorais. Pense-se o que se pensar deste tipo de documentos, não há dúvida que pelo menos em parte o que ali está proposto será aplicado pelo partido ou partidos que vierem a constituir governo. Nesse sentido aqui fica a transcrição, dos sites oficiais, o que o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, o Partido Comunista, o Bloco de Esquerda e o Centro Democrático Social/Partido Popular, referem para esta área da governação.

Como é natural os partidos escolheram o modo como se referem à Defesa Nacional e Forças Armadas e não há uniformidade na forma da apresentação. Uns de modo mais extenso, outros mais sintético, uns analisando o passado com algum detalhe, outros referindo-se apenas ao que fariam se fossem governo. O que aqui está foi copiado na íntegra. Os dois principais candidatos à vitória não incluíam a Defesa Nacional nas suas prioridades e escreveram-no. Aliás isto foi facilmente perceptível pela quase total ausência do tema durante a campanha.

### **Partido Socialista**

O PS definiu as suas prioridades para 2009-2013 (“Relançar a economia e promover o emprego; Reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações, modernizar Portugal; Desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades”), fez uma pequena referência às suas realizações no governo nesta área:

“... O impulso reformista, de resto, fez-se sentir em praticamente todas as áreas: ...; e nas Forças Armadas, com as reformas legislativas, orgânicas e operacionais que foram concretizadas; ...” ao que se seguem-se as propostas para a área da Defesa Nacional:

### ***“Defesa Nacional Pela promoção da segurança e estabilidade internacionais***

O contexto de segurança do séc. XXI caracteriza-se por uma multiplicidade de ameaças e riscos não convencionais, simultaneamente transnacionais e sub-estatais, que constituem ameaças à segurança nacional e internacional. Ao nível transnacional, trata-se do fenómeno da criminalidade organizada, do terrorismo, dos fundamentalismos, da proliferação de armas de destruição maciça ou de riscos ambientais, catástrofes humanitárias e pandemias, que ameaçam a vida de milhões de seres humanos. Ao nível sub-estatal, trata-se do aparecimento de Estados falhados e da multiplicação de conflitos violentos e de guerras civis, que se tornaram fenómenos correntes e que representam, directa e indirectamente, uma ameaça à segurança e estabilidade internacionais.

Neste novo quadro, o conceito de Segurança regista duas alterações fundamentais. Primeiro, a segurança não é, exclusivamente, a segurança dos Estados. É, também, a segurança das pessoas: é um quadro de Segurança Humana. Segundo, contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais, a resposta terá que basear-se, essencialmente, na cooperação internacional: é um quadro de Segurança Cooperativa.

### ***Por uma resposta integrada da política de segurança e defesa***

É para este novo quadro de segurança internacional que a política de Defesa Nacional e os instrumentos de Segurança e Defesa terão que desenvolver uma resposta adequada. A Defesa Nacional deve, assim, ter como objectivos fundamentais, não só a capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos, mas, também, a capacidade para projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz.

Neste sentido, constituem objectivos da política de defesa: garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional; garantir a liberdade e a segurança das populações e do património nacional; garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a realização das funções e tarefas essenciais do Estado; e assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz, em consonância com os interesses nacionais.

O actual contexto de segurança internacional e a resposta adequada da política de Defesa Nacional apontam, necessariamente, para uma concepção mais larga da segurança e uma

concepção mais integrada da política de defesa, com reflexos inevitáveis na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das Forças Armadas.

As Forças Armadas portuguesas contam, neste campo, com uma prestigiosa experiência internacional e deram já um importante contributo para a segurança internacional, em cenários tão distintos como a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Afeganistão, o Líbano, a República Democrática do Congo, o Chade e a Guiné-Bissau. O desempenho destas missões internacionais constituiu-se como um factor decisivo não só para a modernização e prestígio das próprias Forças Armadas mas também para a credibilidade internacional do País.

### ***Por uma segurança cooperativa***

País europeu, Portugal é também um País atlântico que continua a desenvolver fortes relações pós-coloniais. É neste espaço de inserção internacional que se desenvolvem as áreas de interesse estratégico nacional e, conseqüentemente, é nesse mesmo contexto que se desenvolvem, prioritariamente, as relações externas de Defesa, tanto no quadro multilateral, como no quadro bilateral.

No quadro multilateral, o Governo do PS reafirmará a sua presença e empenhamento nas organizações internacionais e sistemas de alianças a que pertence. *País europeu, membro da União Europeia, Portugal reafirmará o seu empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum e quer estar na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a sua participação nas missões militares sob comando da União Europeia, bem como a sua participação na cooperação estruturada permanente em matéria de Defesa prevista pelo Tratado de Lisboa. País com fortes relações pós-coloniais, Portugal reafirmará os laços de amizade e cooperação com os países de expressão portuguesa, nomeadamente no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem esquecer a sua dimensão de Defesa. No que respeita à Organização das Nações Unidas, Portugal reiterará a importância da organização na manutenção da legalidade, da ordem internacional e da Paz e afirma a centralidade do seu papel e a necessidade de reforço dos seus instrumentos nos processos de apoio à paz e de reconstrução pós conflito e de reconstituição de Estados falhados. No plano bilateral, o Governo do PS manterá as relações com os seus aliados tradicionais, em primeiro lugar com os Estados Unidos da América a que o liga um Acordo de Cooperação e Defesa, mas também com os parceiros europeus da NATO e da União Europeia e, em especial, com os países africanos de expressão portuguesa, aos quais o ligam diferentes Acordos de Cooperação Técnico Militar que quer desenvolver e aprofundar. De igual modo deve proceder em relação a outros países que se inserem em áreas regionais de interesse estratégico para Portugal, designadamente no Magrebe e na margem sul do Mediterrâneo.*

### ***Missões das Forças Armadas***

No novo quadro de segurança internacional e considerados os objectivos da política de Defesa, bem como as áreas de interesse estratégico nacional e as organizações internacionais e sistemas de alianças a que Portugal pertence, as missões das Forças

Armadas Portuguesas devem ser adequadas a este novo quadro e corresponder às suas prioridades. *Para além das missões tradicionais, as Forças Armadas deverão participar, prioritariamente, em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa colectiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa. E em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão de crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, OTAN, a OSCE e a CPLP. A este nível, será considerada a criação de unidades civis e militares de ajuda de emergência para reforçar, em coordenação com as organizações não-governamentais, a actuação portuguesa no contexto de crises humanitárias. As Forças Armadas deverão, igualmente, assumir a sua parte nas missões de luta contra agressões e ameaças transnacionais, nos termos da lei e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, nomeadamente as Forças e Serviços de Segurança. As Forças Armadas devem continuar a executar missões de interesse público, designadamente de busca e salvamento, fiscalização marítima e de apoio às populações em especial na prevenção e combate aos fogos florestais e em situação de catástrofes naturais, de forma supletiva enquadrada e coordenada com os bombeiros e protecção civil.*

Finalmente, as Forças Armadas deverão manter o empenhamento nos projectos e programas de Cooperação Técnico Militar com os Países de Expressão Oficial Portuguesa, assim como nos programas de cooperação de defesa com os países do Magrebe.

### ***Por uma modernização das Forças Armadas***

Para responder de forma eficaz aos novos desafios e riscos que o Estado enfrenta, dentro e fora do território nacional, é necessário promover um conjunto de adaptações que permitam às instituições a quem cabe a defesa da independência, da soberania do Estado e da segurança da comunidade nacional, bem como a produção de segurança internacional, cumprir os objectivos e as missões que lhes estão atribuídas.

Para adaptar as Forças Armadas aos novos tempos e aos novos desafios, a política de Defesa Nacional assume, como imperativo, sete prioridades para a modernização das Forças Armadas Portuguesas, no quadro da OTAN e da União Europeia:

- Consolidar e sustentar o modelo de profissionalização das Forças Armadas, através da resposta a um conjunto de desafios. Por um lado, garantir a sustentação de umas Forças Armadas baseadas em militares profissionais, compostas por recursos humanos cada vez mais qualificados. Por outro, garantir que a experiência e a carreira militar se apresenta apelativa face às opções na vida civil;
- Modernizar os equipamentos e as infra-estruturas, ao nível dos aliados da OTAN e da União Europeia, adequando-os às novas necessidades e exigências, nomeadamente, a presença em missões militares internacionais. Nesse sentido, constituem-se como prioridades a revisão da Lei de Programação Militar e a operacionalização da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares;
- Pôr em prática a Reestruturação da Estrutura Superior da Defesa Nacional,

concretizando a legislação recentemente aprovada, nomeadamente, a Lei de Defesa Nacional e a Lei de Bases das Forças Armadas. Neste quadro, assumem-se, ainda, como prioridades: a Reforma do Sistema de Saúde Militar e instalação do Hospital das Forças Armadas; a consolidação da empresarialização do Arsenal do Alfeite e a extinção da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento;

- Dignificar a função militar, reconhecendo e valorizando a profissão militar no quadro das funções do Estado;
- Garantir a sustentação do Orçamento da Defesa Nacional no sentido de uma política orçamental que assegure, gradualmente, o investimento na Defesa, com vista ao cumprimento dos compromissos internacionais do Estado, designadamente no quadro da OTAN e da União Europeia;
- Desenvolver o Sector Empresarial da Defesa, incluindo as áreas industrial, tecnológica e financeira e dinamizar a integração das indústrias de defesa portuguesas nas redes europeias de criação de valor de indústrias de Defesa, com vista ao estabelecimento de uma base tecnológica e industrial de Defesa e um mercado de equipamentos de Defesa, nomeadamente através da participação na Agência Europeia de Defesa;
- Reconhecer, dignificar e apoiar os Antigos Combatentes, incluindo os Deficientes das Forças Armadas”.

### **Partido Social Democrata**

O PSD apresentava em todas as áreas um programa sintético e também assim foi naturalmente em relação à Defesa Nacional. As prioridades do partido para a governação de Portugal eram a Economia, Solidariedade, Justiça, Educação e Segurança, referindo-se à Defesa Nacional nos seguintes termos:

#### ***“Defesa***

Conferiremos à defesa nacional a relevância política que merece e que nos últimos anos lhe foi retirada, entendendo-a como missão transversal a várias políticas, pelo contributo que deve dar para a realização do interesse estratégico de Portugal.

Valorizaremos a condição militar e a especificidade das suas carreiras face à da generalidade dos servidores públicos.

Manteremos e aprofundaremos a condição de Portugal e das suas Forças Armadas como um dos principais contribuintes activos para missões internacionais de promoção da paz e de carácter humanitário.

Reconhecemos a dívida nacional para com aqueles que combateram pelo País, dando prioridade a uma política de afectação de recursos para apoio social, respondendo em especial às necessidades e carências dos ex-combatentes e dos deficientes das Forças Armadas.

Apoiaremos igualmente todas as iniciativas para honrar os militares portugueses mortos em combate, em particular a trasladação dos seus corpos e uma sepultura digna.

Contribuiremos para a construção e operacionalização da Política Europeia de Segurança

e Defesa (PESD) da UE, bem como de adicionais iniciativas comunitárias como a Agência Europeia de Defesa, e preparando as Forças Armadas portuguesas para integrarem as missões exteriores da UE.

Defenderemos intransigentemente a aposta simultânea no aprofundamento da NATO e no avanço do projecto de defesa europeia.

Defenderemos a continuação do alargamento da NATO à Europa de Leste e aos Balcãs, e o aumento dos contingentes europeus nas operações da Aliança Atlântica.

Promoveremos o papel económico das indústrias de defesa nacional, incluindo designadamente a área das novas tecnologias (por exemplo nas nanotecnologias, no software, na simulação e na construção naval)".

### **Partido Comunista Português**

O PCP apresentava referências à Defesa Nacional em duas áreas do seu programa. A primeira que designava por "**Uma política de defesa e reforço da democracia de Abril**", onde se inseria o seguinte texto:

#### ***"Defesa Nacional e Forças Armadas ao serviço de Portugal***

A política de Defesa Nacional do Governo pautou-se pela subordinação aos interesses dos EUA, da NATO e ao projecto de militarização da UE, no plano doutrinário e no aumento da dependência no que respeita a equipamentos. As leis de Defesa Nacional e de Organização das Forças Armadas, recentemente aprovadas consumando um longo processo de governamentalização da instituição militar e atribuindo excessivos poderes a um único chefe militar - constituem um autêntico assalto aos poderes presidenciais e um passo perigoso na reconfiguração do Estado. O PS afrontou a Condição Militar nomeadamente nas áreas da saúde e dos direitos sociais, do sistema retributivo, das carreiras e, com o novo Regulamento de Disciplina Militar, na área dos direitos de cidadania impondo inaceitáveis medidas disciplinares, contribuindo para a agudização das situações de mal-estar entre os militares, desrespeitando o associativismo sócio-profissional.

Uma política de Defesa Nacional ao serviço de Portugal e da sua soberania, com particular atenção às Forças Armadas e aos militares, exigem: a revogação da Legislação aprovada contrária aos desígnios constitucionais, definindo um novo conceito estratégico de defesa nacional que rejeite a visão subserviente e instrumental relativamente à NATO e à União Europeia; a reorganização e racionalização das Forças Armadas, adequando as leis de Programação Militar e de Infra-estruturas Militares às reais necessidades e possibilidades do País; a reposição de direitos em áreas como a saúde e a segurança social, na melhoria das carreiras, do sistema retributivo e dos direitos de cidadania militar; a definição de uma política para os Estabelecimentos Fabris e outras empresas estratégicas para a componente militar, assente no interesse nacional e na salvaguarda



da reserva de soberania; no reconhecimento do “estatuto de ex-combatente”, reforçando apoios nas áreas da saúde e da segurança social; na oposição a qualquer bloco político-militar europeu e ao crescente envolvimento de Portugal em forças multinacionais fora do âmbito da ONU e em desrespeito pelo direito internacional”.

A segunda área do programa está designada por “**Uma política para a paz, cooperação e amizade com todos os povos**” onde se referia:

“Relações externas ao serviço da paz, da segurança e da amizade entre os povos assente na defesa intransigentemente do princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais, rejeitando a participação militar portuguesa em missões internacionais que não estejam directamente relacionadas com a defesa da soberania e da independência nacionais, impulsionando uma activa política de desarmamento que respeite os Tratados Internacionais em vigor e defendendo no âmbito das Nações Unidas a proibição e destruição das armas nucleares e de destruição massiva e a redução gradual e negociada dos armamentos convencionais e das despesas militares. Uma política de paz que pugne pela dissolução dos Blocos políticos e militares e aponte para a progressiva desvinculação de Portugal da estrutura militar da Nato...” e mais à frente no mesmo capítulo “... A política externa portuguesa tem sido marcada pela crescente subserviência aos interesses das grandes potências europeias e à estratégia da NATO, seja no plano das relações económicas e políticas, seja na utilização das forças armadas e de segurança portuguesas em missões de intervencionismo imperialista, contrárias aos interesses nacionais. Mas tal caminho não é uma inevitabilidade. Portugal, pelas potencialidades próprias, pelo património das suas relações internacionais e pelos laços históricos e culturais que o seu povo mantém com inúmeros povos do mundo, tem condições para, rejeitando com firmeza o espartilho em que os EUA e as grandes potências da NATO e da União Europeia pretendem aprisioná-lo, inserir-se, com coragem e convicção, na grande corrente que luta por um mundo de progresso, paz e cooperação”.

Nas 26 medidas urgentes que tomaria se fosse governo o PCP inseria “...Revogação do actual Regulamento Disciplinar Militar...”.

### **Bloco de Esquerda**

O BE referia-se à Política de Defesa e Soberania num capítulo do seu programa e fazia ainda algumas outras referências - de passagem - pela matéria, por exemplo, no capítulo relativo à Saúde: “.. nas Forças Armadas, por exemplo, onde há uma carreira própria de médico dentista, com cerca de 30 dentistas, assistiu-se a uma melhoria em cerca de 50% dos índices de saúde oral...”.

Quanto à Defesa Nacional e Forças Armadas:

“REFUNDAR EM TERMOS DEMOCRÁTICOS A POLÍTICA DE DEFESA E DE SOBERANIA De há vários anos a esta parte, a política de defesa tem sido domínio de assumido consenso entre os governos de direita e do PS, sem que se notasse o esboço de uma alternativa substancial a essa estratégia comum do centro e da direita portuguesa. Os

efeitos dessa política são hoje particularmente notórios:

- As Forças Armadas portuguesas foram transformadas numa espécie de corpo expedicionário ao serviço das estratégias imperiais e agressivas da NATO e dos EUA, sendo que o essencial das suas missões, do seu equipamento e funções são, na verdade, definidos por centros de decisão onde elas não participam senão subsidiariamente e orientadas por critérios totalmente estranhos e contrários aos interesses do povo português.
- O conceito estratégico centrado na subsidiarização das Forças Armadas à estratégia de centros de decisão e de blocos militares estrangeiros, origina políticas de equipamento, armamento, mobilização, tipo de missões, essencialmente estranhas às realidades estratégicas do país e completamente desproporcionadas com as suas possibilidades financeiras. Compreende-se mal que, em época de crise e gravíssimas carências sociais, o orçamento do Ministério da Defesa Nacional consuma 1,3% do PIB e 2,8% da despesa da Administração Pública: mais de dois mil milhões de euros, na sua larga maioria substancialmente inúteis.
- Está transformada a própria natureza funcional das Forças Armadas: em nome do profissionalismo, da eficiência empresarial, duma tecnocracia pretensamente apolítica, elas tendem a agir como corpos mercenarizados de contratados de onde desapareceu qualquer eco, por retórico que fosse, do conceito republicano dos “cidadãos em armas”. Corpos de profissionais de guerras imperialistas tendem a ser, em si mesmos, uma ameaça à democracia.
- A segunda tendência forte que decorre desta política, consagrada na Lei da Defesa recentemente aprovada, é a da atribuição às Forças Armadas, em nome do combate ao perigo do terrorismo, de missões de intervenção no domínio da segurança interna, em cooperação com os serviços de informação e outras forças policiais. Isto significa que o PS, com o apoio dos partidos da direita, abriu a caixa de Pandora da possibilidade da intervenção das Forças Armadas nos domínios da segurança interna, constitucionalmente vedados a essa ingerência de sinistra e recente memória.
- O efeito desta política nas condições sócio-profissionais dos efectivos das Forças Armadas, no activo ou não, está à vista: marginalização, silenciamento e perseguição das associações militares; negação dos seus direitos legais de manifestação e de livre expressão; perseguição disciplinar dos seus porta-vozes; perda de direitos sociais adquiridos. A recente aprovação de um Regulamento de Disciplina Militar que continua a ser um vergonhoso vestígio da disciplina militarista herdada do fascismo, aí está a demonstrar como os comandos das Forças Armadas e o poder político continuam a encarar a condição militar.

Urge pois ter a coragem de, à esquerda, desencadear o combate para uma radical mudança na Política de Defesa, rompendo o consenso conservador e secretista que a tem sustentado. É preciso, para isso, atacar a questão pela raiz.

#### REDEFINIR O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA

Ao assumirem a tarefa da descolonização, a revolução de 1974/75 e os movimentos de libertação das ex-colónias redefiniram o lugar estratégico de Portugal no contexto internacional: um pequeno país europeu semi-periférico que deixou de constituir ameaça

para outros povos e não é, também, alvo de ameaças da parte de terceiros. *Essa posição torna o país naturalmente vocacionado para desenvolver com autonomia, no quadro da ONU ou da União Europeia, uma activa política externa de defesa da paz e do direito internacional, de defesa dos direitos humanos e do direito dos povos à autodeterminação e independência nacional, de promoção de todas as formas de cooperação visando o desenvolvimento sustentado e a justiça distributiva em favor dos povos oprimidos e discriminados, contra as guerras dos impérios, contra os blocos militares, a agressão, a exploração, a depredação dos recursos do planeta.*

O conceito estratégico de defesa nacional deve reformular-se à luz desta redefinição do papel internacional do país como intermediário e fator da paz. O Bloco promove uma estratégia de Defesa Cidadã assente na prioridade da defesa civil e do território, na protecção da soberania e dos bens comuns.

Isso passa, desde logo, pela adopção de um conjunto de medidas a curto prazo que a presente crise internacional torna ainda mais urgentes:

- Portugal deve sair da NATO e pugnar pela extinção deste e de todos os blocos militares.
- Portugal deve defender o desarmamento geral e universal, e opor-se, como membro da UE, à constituição de uma força armada europeia.
- Portugal deve bater-se pelo encerramento de todas as bases militares estrangeiras na Europa e pôr termo à cedência da Base das Lajes, nos Açores, aos EUA.
- Portugal deve retirar de imediato todas as suas forças militares e militarizadas (combatentes ou de apoio) do Afeganistão e de outros teatros de guerra, ou ainda de qualquer intervenção militar que não obedeça aos critérios adiante defendidos.
- A Assembleia da República deve assumir poderes de autorização prévia do emprego de forças militares ou militarizadas em missões internacionais, à luz de critérios legalmente definidos, decorrentes do respeito pela Carta das NU e pelos princípios de política externa antes enunciados.
- Proceder à revisão de legislação relativa à disciplina militar, às associações de militares e aos seus direitos sociais no sentido de assegurar o respeito dos direitos adquiridos (nomeadamente com o 25 de Abril), as condições de dignidade cívica e militar e garantindo o exercício dos seus direitos de associação e de livre expressão no respeito pela Constituição.
- Decretar uma amnistia para todos os militares punidos pelo exercício dos seus direitos de expressão e manifestação e suspender todos os procedimentos disciplinares em curso relacionados com estas lutas.

#### REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

É preciso redimensionar as F.A., que devem ser reduzidas, e redefinir globalmente as suas missões, equipamento, organização e orçamento à luz do que serão as suas novas prioridades.

- Assegurar as missões de soberania inerentes à defesa e segurança das águas territoriais da Zona Económica Exclusiva e do espaço aéreo nacional.
- Assegurar as missões internacionais que lhes vierem a ser apontadas pelo Governo, desde que previamente autorizadas pelo parlamento à luz dos novos princípios

definidores da legalidade e oportunidade dessas missões.

- Assegurar o funcionamento das instalações logísticas, científicas, de ensino, de saúde ou outras que vierem a ser consideradas indispensáveis ao cumprimento das suas missões.
- Reorganizar orgânica e funcionalmente as Forças Armadas, designadamente em termos de pessoal, missões, equipamentos e custos, de forma a proceder à sua adaptação estrutural aos novos objectivos estratégicos da política de defesa, às suas disponibilidades financeiras e aos interesses do país”.

Fazia ainda no Programa uma referência expressa uma situação particular: “RECUSA DE COOPERAÇÃO COM FORÇAS ARMADAS QUE USEM BOMBAS DE FRAGMENTAÇÃO E DE FÓSFORO BRANCO

Em 3 de Dezembro de 2008, foi assinado em Oslo por 107 países um tratado contra as bombas de fragmentação responsáveis por mais de 100 mil mortes, 98% das quais de civis, desde 1965. 40% são crianças. Os EUA, a China, a Rússia, a Índia, o Paquistão, a Finlândia e o Brasil são alguns dos países que recusam assinar. A eliminação da cláusula que impedia os países signatários de cooperar no âmbito da utilização de Forças Armadas com os países que não tivessem subscrito o Tratado significa um grande recuo relativamente às apregoadas boas intenções iniciais dos proponentes do texto inicial. O Bloco defende intransigentemente esse princípio.

As bombas de fragmentação representam a primeira causa de ferimentos e mortes de civis nos conflitos armados das últimas décadas. Cada bomba cluster, como também se chamam, espalha centenas de bombas, das quais cerca de 15% não explodem ficando disseminadas pelo terreno.

De acordo com uma investigação do USA Today, durante a invasão do Iraque em 2003, as tropas dos EUA lançaram 11 mil bombas cluster e as do Reino Unido 2.200. Já depois do fim da invasão, na situação de ocupação, foi confirmado o uso de 63 CBU-87 clusters, num total de 12 mil bombas entre Março de 2003 e Agosto de 2006. *Durante a guerra do Líbano no verão de 2007 a disseminação das bombas de fragmentação foi de tal ordem que a UNIFIL, depois de cessarem as hostilidades, ficou a braços com a recolha de cerca de um milhão de bombas. Quanto ao uso de bombas de fósforo branco, a invasão de Gaza por Israel registou o exemplo mais recente. A humanização da guerra é uma contradição de termos. No entanto há que travar a bestialização da civilização. A utilização das armas e munições atrás sumariamente descritas configura sem qualquer dúvida a prática de crimes de guerra e crimes contra a humanidade que só o imenso cinismo da comunidade internacional permite tolerar. Apoiando-se no recente Tratado Contra as Bombas de Fragmentação e recuperando a cláusula prevista no texto inicial, o Bloco de Esquerda exige que qualquer colaboração com Forças Armadas de outros países seja condicionada à garantia da assinatura, ratificação e cumprimento do Tratado Contra a Utilização de Bombas de Fragmentação. Da mesma forma e na ausência ainda de qualquer tratado, o governo português deve tomar a iniciativa de propor na UE e na ONU a abertura imediata de um processo para a condenação universal e proibição efectiva da utilização das bombas de fósforo e de armas com urânio empobrecido.”*

## **Centro Democrático e Social/Partido Popular**

O CDS sobre esta área da governação, na qual incluía em paralelo os “Antigos Combatentes” analisava o que tem sido feito nos últimos anos e fazia as propostas que se transcrevem:

### “DEFESA NACIONAL E ANTIGOS COMBATENTES *CRÍTICAS*”

1. Carácter híbrido da reforma da estrutura superior das FA.
2. Retrocessos nos Antigos Combatentes e nos Deficientes das FA.
3. Instabilidade na Lei de Programação Militar.

A Defesa Nacional faz parte do elenco clássico das políticas públicas que implicam um consenso de Estado nas suas opções estruturantes. A responsabilidade essencial deste consenso passa pelos Partidos que assumem a opção estratégica pelo Atlântico e a participação de Portugal na NATO.

Ao longo da legislatura, o CDS ofereceu sempre disponibilidade para esse consenso. No entanto, assinalamos como notas de maior preocupação quatro áreas: o nítido retrocesso nos direitos e reconhecimento dos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas; o regresso de algumas empresas, directa ou indirectamente ligadas a indústrias militares, a uma situação financeira deplorável; e o carácter híbrido, potencialmente conflitual, da reforma da estrutura superior das FA. Chamamos ainda a atenção para a curto prazo - nomeadamente em cenário de crescimento económico - dos recuos nos incentivos que constituem âncoras de uma profissionalização bem sucedida das FA.

### RESPOSTAS

A Defesa Nacional constitui uma das prioridades fundamentais do Estado e deverá ser vista e assumida na sua forma multi-dimensional e tendo em conta as ameaças resultantes das mudanças geopolíticas do mundo actual.

Neste contexto, a política de Defesa Nacional passa por um modelo adequado de serviço militar, pela reestruturação e reequipamento das Forças Armadas, pelo reforço das componentes extra-militares da Defesa (por ex: defesa da costa contra infiltração de droga e imigração clandestina, protecção das águas nacionais), pela eficácia dos serviços de inteligência e por uma recuperação do prestígio, e consideração a que tem direito, em qualquer Estado democrático moderno, a instituição militar.

O modelo de serviço militar continuará a passar por uma componente profissionalizada que integrará o efectivo permanente dos três ramos das Forças Armadas. Assim, merece especial relevo o capital humano sem o qual nenhuma instituição terá possibilidade de se desenvolver e levar à prática a sua missão.

A profissionalização é, por isso, o mais forte desafio de modernização das FA. O facto de vivermos uma conjuntura difícil, em termos económicos, tem permitido que a instituição seja criadora líquida de emprego, mas não deve iludir-nos quanto às dificuldades de

recrutamento que podem existir em fase de crescimento.

Torna-se, pois, fundamental criar as condições para responder às necessidades de todos quantos desejam abraçar a profissão militar, para os que nela desempenham funções e para aqueles que, tendo servido a instituição deverão, como tal, ter o justo e devido reconhecimento. Como tal, a aposta na renovação da imagem da Defesa perante a sociedade civil e a consciência de que hoje ela compete no mercado de trabalho são factores fundamentais de sucesso. Tal como são a necessidade de saber atrair os jovens, ter capacidade para os manter nas FA e prepará-los para um futuro que lhes permita uma reintegração na sociedade civil.

O primeiro desafio que hoje se coloca à Defesa passa assim pela aposta nos recursos humanos, inseridos em quadros permanentes ou vinculados a regimes contratuais, cujas qualificações e formação permitem uma resposta eficaz e adequada aos crescentes desafios que se avizinham, os quais envolvem uma modernização do próprio conceito de Segurança e Defesa no séc. XXI.

Acresce que a participação activa em alianças de defesa colectiva, em forças multinacionais de manutenção da paz e segurança, a prevenção e resolução de crises que afectem quer os interesses nacionais, quer a estabilidade internacional, e a cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa, são outros tantos desafios a que só é possível responder com recursos humanos motivados e competentes.

O conceito de “menos forças, melhores forças” exige como condição que o elemento humano possa fazer mais e melhor, com menor número de efectivos, o que, por seu turno, exige também o acesso a multiplicadores de potencial de combate e novas capacidades. A principal preocupação do CDS vai assim para o capital humano das FA, capaz de oferecer, manter e sustentar novos equipamentos, a par de uma organização modular e flexível, adequada aos novos requisitos de empenhamento operacional conjunto e combinado.

Deste modo, o CDS considera essencial dar sustentabilidade à profissionalização das FA. Isso implica, prioritariamente: corrigir perdas importantes no sistema de incentivos para quem queira fazer um contrato com as FA; prever um regime contratual de duração prolongada; potenciar o serviço militar voluntário como factor de empregabilidade e valorização de competências. Por outro lado, o sistema de carreiras militares deve seguir princípios de gestão planeada, privilegiando o mérito no desempenho funcional. A revisão dos currículos de formação militar, consoante as necessidades das missões e em coerência com as carreiras, é outro objectivo importante. Acrescentamos, ainda, o incremento da empregabilidade dos militares não permanentes.

Questão não menos importante é aquela que se refere aos Antigos Combatentes e aos Deficientes das Forças Armadas. É um compromisso completar o processo de reconhecimento dos Antigos Combatentes, universo de Portugueses a quem o país deve prestar uma gratidão que o actual Governo, infelizmente, diminuiu.

Tão importante como isso é saber dar um passo em frente nas questões que se prendem com a saúde dos Antigos Combatentes, nomeadamente no âmbito do “stress de guerra” e da reabilitação dos que ficaram incapacitados. Enfim, é compromisso do CDS restabelecer direitos sociais dos Deficientes das Forças Armadas que, inexplicavelmente, foram cortados, encarando com outra dignidade este sector da nossa população. E dar mais ênfase a programas de recuperação e dignificação dos cemitérios de militares Portugueses nos países onde houve teatro de guerra. III Para a valorização das Forças Armadas é também relevante a estabilidade e o bom progresso dos programas de reequipamento. Nesta matéria é um sinal preocupante o adiamento da revisão ordinária da Lei de Programação Militar.

Estando feitas as opções principais, face ao carácter obsoleto de muitos dos materiais das FA, a questão está em executar positivamente os programas. Até pela sua absoluta prioridade para as missões, a nossa preocupação é recuperar o atraso nos NPO e NCP - Navios de Patrulha Oceânica e Navios de Combate à Poluição - e ultrapassar as indefinições quanto ao Navio Polivalente Logístico. Também nos preocupam os atrasos na modernização dos actuais C-130, na substituição dos antigos Allouette, programa conjugado com os helis ligeiros do Exército: estes atrasos ameaçam ter consequências operacionais. A querela judicial permanente em torno da arma ligeira tem de ser ultrapassada. Todos estes programas, note-se, estão previstos e cabimentados na actual LPM.

Uma visão moderna da segurança, à luz de um conceito mais vasto de segurança humana, implica que as Forças Armadas podem e devem participar mais missões, nomeadamente de interesse público, tal como apontam os actuais Conceitos Estratégicos. Estaremos disponíveis para uma clarificação dos dispositivos constitucionais nesta matéria, tendo em conta que a próxima legislatura é de revisão constitucional.

No plano internacional, é relevante uma actuação com base no conceito de segurança cooperativa. Coerentemente, deve reforçar-se o pragmatismo, a eficiência e a responsabilidade pública na aquisição, uso e manutenção de equipamentos, conjugando as componentes de defesa (defense), segurança (security) e protecção (safety). Esta visão contemporânea da Defesa deve ter reflexo na doutrina e no ensino militares, potenciando o que é conjunto.

O CDS partilha o entendimento segundo o qual Portugal pode ter ambições selectivas nas indústrias de defesa, geradoras de emprego, tecnologia e riqueza nacional. Mas isso implica visão estratégica e uma aposta integrada nas indústrias em que podemos crescer, procurando, quando for o caso, parcerias internacionais credíveis. *Contra a visão “departamental” desta matéria, a experiência de casos como as OGMA e os Estaleiros de Viana do Castelo prova que há sinergias entre indústrias e investimentos civis e militares. Coerente com o contributo que deu neste sector, o CDS tudo fará para ampliar as possibilidades de Portugal em mercados como a manutenção e fabrico aeronáutico, construção naval e tecnologias de comunicação.*

Tal como sucedeu nos países que conseguiram modernizar com êxito as respectivas FA, o

CDS considera relevante o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional, a autonomização de uma Agência de Património da Defesa para, mediante directrizes claras, rentabilizar o caso especial dos activos patrimoniais das FA - condição de sustentabilidade de outras políticas no sector. A política de contrapartidas carece de uma direcção clara, profissionalização dos seus agentes e divulgação, pública e periódica, dos seus resultados.

#### CADERNO DE ENCARGOS

1. Prioridade aos recursos humanos da Defesa Nacional.
2. Tomar medidas para sustentar a profissionalização das FA e evitar rupturas no recrutamento em cenário de crescimento.
3. Retomar uma política de reconhecimento dos Antigos Combatentes.
4. Compromisso com os direitos sociais dos Deficientes das FA.
5. Melhorar sensivelmente a resposta do sistema em caso de “stress de guerra” e reabilitação.
6. Clarificação constitucional dos conceitos de segurança e defesa.
7. Maior empenhamento das FA em missões de interesse público.
8. Ambição industrial em sectores como manutenção e fabrico aeronáutico, construção naval e tecnologias de comunicação.
9. Gestão autónoma do património da Defesa
10. Profissionalização das contrapartidas e divulgação pública e periódica dos seus resultados”.

## **Novas Leis Orgânicas do EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea**

Foram publicadas, em 15 de Setembro de 2009, no Diário da República as novas Leis Orgânicas do Estado-Maior General das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 234/2009 de 15 de Setembro) da Marinha (Decreto-Lei n.º 233/2009 de 15 de Setembro), do Exército (Decreto-Lei n.º 231/2009 de 15 de Setembro) e da Força Aérea (Decreto-Lei n.º 232/2009 de 15 de Setembro). Todos estes documentos legais podem ser consultados e descarregados em <http://dre.pt/>, na área destinada à I Série.

Estes documentos legais são a sequência natural da Lei de Defesa Nacional (Lei n.º 31-A/2009) e Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (Lei Orgânica n.º 1-A/2009), publicadas em 7 de Julho.

Este processo ainda não está terminado uma vez que ainda se terão que seguir as necessárias regulamentações, também a carecer de publicação em Diário da República, para então este “pacote legislativo” ser de facto implementado.



## **Prémios Defesa Nacional e Ambiente de 2007 e 2008**

Em 16 de Setembro de 2009, o Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira e o Ministro do Ambiente, Eng.º Francisco Nunes Correia procederam à entrega dos prémios Defesa Nacional e Ambiente relativos a 2006, 2007 e 2008. O primeiro coube à candidatura “Sistema de Gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais da Força Aérea”, apresentada pela Direcção de Infra-Estruturas da Força Aérea. O Centro Militar de Educação Física e Desportos - “*Tapada Militar de Mafra: Reflorestação e Sequestro de Carbono*”, devido à sua elevada qualidade técnica, recebeu uma menção honrosa. O de 2007 foi atribuído à candidatura apresentada pela Base Aérea n.º 4 - Lajes, «*Implementação de um sistema de gestão ambiental, uma perspectiva de engenharia, uma visão ambiental inovadora*», dado que constituem um contributo exemplar para a integração das preocupações ambientais na actividade militar. O de 2008 coube à candidatura apresentada pelo Navio da República Portuguesa Sagres, designada «*Um compromisso natural com o ambiente*», por constituir um contributo exemplar para a integração das preocupações ambientais na actividade militar.

Segundo o Ministério da Defesa, o Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993, através do despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Recursos Naturais, tendo sido apresentadas até hoje, a concurso, cerca de 80 candidaturas, pelos três ramos das Forças Armadas. Coordenado pela Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, o Prémio tem como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando assim as preocupações da Defesa no desenvolvimento sustentável do País. O Prémio destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da protecção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

## **Comité Militar da NATO em Portugal**

Decorreu entre 18 e 20 de Setembro, em Sintra, 20 de Setembro, uma das reuniões periódicas do Comité Militar da NATO: Ali estiveram presentes o *Chief Of Defense* (CHOD) dos 28 países NATO, do SACEUR, Alm Stavridis, dos dois *Joint Force Commander* da NATO (Nápoles e Lisboa) e do COMISAF, Gen McChrystal.

Foram essencialmente abordados dois temas:

- A Operação da NATO no Afeganistão;
- O novo Conceito Estratégico para a NATO.

Segundo comunicado do EMGFA, “...*Relativamente ao primeiro assunto, os CHOD foram*

*esclarecidos, pelo SACEUR e pelo COMISAF, sobre a última avaliação estratégica da operação. Terminada a apresentação os 28 começaram por reafirmar o seu empenho nesta operação, realçando a importância de se continuar a construir sobre o actual momentum como única forma de, no longo termo, se obter sucesso. Realçaram ainda a necessidade de renovar o empenho no processo de treino das Forças de Segurança Nacionais Afegãs e de, em paralelo, aumentar a cooperação civil-militar no sentido de se poder vir a proporcionar ao povo afegão uma acrescida situação de segurança.*

Quanto ao segundo tema o Comité Militar da NATO apreciou as contribuições intelectuais de âmbito militar apresentadas, e, em linha com espírito de consulta abrangente e transparente pretendida pelo Secretário-geral da NATO para o desenvolvimento deste processo, convidou o Prof. Rob De Wijk, do Hague Centre for Strategic Studies, e o Sr Roger Cohen, editor do New York Times e International Herald Tribune, para apresentarem os seus contributos”.

## **Exército rende contingente no Kosovo**

Partiu para o Kosovo, em Setembro de 2009, o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, da Brigada Mecanizada, sob o comando do Tenente-coronel Lino Gonçalves, para render o 1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção, sob o comando do Tenente-coronel Fernando Teixeira, que agora termina seis meses de missão na KFOR.

A missão genérica do 1BIMec será a mesma dos batalhões portugueses que têm servido nesta força a NATO, ou seja, constituem a Reserva Tática sob comando directo do comandante da KFOR.

## **Novo contingente da GNR para Timor-Leste**

Partiu no dia 22 de Setembro para Timor-Leste o 8º contingente da GNR que ali presta serviço. O Subagrupamento Bravo, composto por 140 militares e apoiado por uma equipa de três elementos do INEM, é constituído por uma Companhia de Ordem Pública, uma Secção de Operações Especiais, uma Equipa de Inactivação de Engenheiros Explosivos Improvisados, uma Equipa de Instrução e um Pelotão de Apoio de Serviços. Esta subunidade da Guarda está integrada na missão UNMIT, Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste, e constitui uma das *Formed Police Units*, unidade de polícia constituída.

## **A GNR segundo o seu Comandante-Geral**

Em 23 de Setembro de 2009 o Comandante-Geral da GNR, Tenente-general Nelson Santos, fez uma intervenção sobre a GNR e questões de segurança no decurso de um

evento da revista “Segurança e Defesa”, o qual está disponível para consulta no site da GNR ([www.gnr.pt](http://www.gnr.pt)) e de que transcrevemos algumas passagens:

(...)

*Nem sempre foi fácil a vida da Instituição. Incompreendida pelas fidelidades assumidas, criticada por algumas lealdades, porventura, dispensáveis, ou vista como fora do seu tempo dada a natureza que a caracteriza, a Guarda Nacional Republicana, no entanto, afirmou-se pelo espaço que soube ocupar como força de segurança interna e, mais recentemente, no quadro das missões internacionais de manutenção e apoio à paz ou de gestão de crises.*

*Esta capacidade para se afirmar como Força de Segurança competente, fiável e respeitada só tem sido possível graças, fundamentalmente, aos 24920 homens e mulheres que servem nos 567 quartéis e Postos da Guarda espalhados pelo país, exemplos no grau de disponibilidade e dedicação ao serviço público e fieis representantes do autêntico espírito de missão da Guarda, ao assegurarem uma relação de proximidade com a população onde se inserem, vivendo os seus problemas e inquietações, às vezes interagindo para além das atribuições que lhes competem enquanto agentes de autoridade, pondo em risco, frequentemente, a sua integridade física e, no limite, a própria vida, como o atestam os 144 militares que tiveram de receber tratamento hospitalar por agressão e os 9 elementos que foram vítimas de tentativa de atropelamento no período de um ano.*

(...)

*O fim da guerra fria e o aparecimento da mundialização, caracterizada pela erosão das fronteiras, a facilidade crescente em viajar, a livre circulação de bens e pessoas e, simultaneamente, o aumento dos fluxos migratórios, trouxeram mais riqueza ao país e melhores condições de vida mas trouxeram, também, novas ameaças que, sem terem, ainda, a dimensão que se regista noutros países, merecem especial atenção.*

*A criminalidade violenta e grave encontra-se claramente no topo das preocupações da sociedade portuguesa, afectando, decisivamente, o sentimento de segurança dos cidadãos. O homicídio, as ofensas à integridade física grave, o rapto, o sequestro, a tomada de reféns, a violação e o roubo nas suas diversas vertentes, são tipologias de crimes permanentemente monitorizadas pelas Forças de Segurança e que apesar de não constituírem práticas novas são novidade pelas variantes que apresentam, como os assaltos por carjacking, homejacking ou o roubo de Caixas ATM.*

*A designada pequena criminalidade, a dos furtos e das burlas, é uma questão que preocupa seriamente as Forças de Segurança, dada a frequência com que ocorre. São delitos praticados, genericamente, em todo o território nacional e que inquietam muito as suas vítimas, contribuindo para o clima de insegurança entre as populações.*

(...)

*A permanente cooperação entre órgãos de polícia criminal e a partilha de informação são, também, complementarmente com a realização de operações conjuntas entre todas as Forças e Serviços de Segurança, indispensáveis para enfrentar com êxito as ameaças globais na sociedade de risco e incerteza em que hoje vivemos. A recente criação da figura do Secretário-geral do Sistema de Segurança Interna com competências de coordenação, direcção e comando operacional, em determinadas circunstâncias, das forças e serviços de segurança teve como propósito levar á prática a necessidade de planearmos e actuarmos conjunta e coordenadamente.*

*Entendida hoje numa perspectiva integrada, a segurança tem, no entanto, novos desafios nos domínios da protecção da natureza e ambiental e da protecção civil.*

*Considerado por muitos estudiosos como uma das mais prováveis causas da conflitualidade futura, os recursos naturais e o ambiente constituem, hoje em dia, uma preocupação acrescida para as Forças e Serviços de Segurança, em particular para a Guarda Nacional Republicana que dispõe de uma força especialmente preparada para os defender e preservar. Prevejo que as polícias com esta missão, em Portugal e no Mundo, venham a ter um acréscimo significativo de importância e empenho nos próximos tempos, conhecidas que são as ameaças a que a natureza e o ambiente estão sujeitos.*

*(...)*

*No âmbito da protecção civil, a vigilância e o combate aos incêndios florestais assumem, particular, relevo. Contudo, num mundo de riscos crescentes, naturais ou causados pelo homem, as Forças e os Serviços de Segurança devem estar preparados para colaborar, eficaz e oportunamente, com outras organizações e entidades em acções de apoio civil ás populações no caso de ocorrência de situações de catástrofe ou acidente grave. A Guarda Nacional Republicana tem, também, como missão específica a execução de acções de prevenção e intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situações de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves. São riscos que afectam a segurança do país e, não sendo um novo problema, a sua diversidade obriga-nos a procurar dotar o nosso Grupo de Intervenção, Protecção e Socorro com valências que permitam uma actuação nas múltiplas áreas de intervenção.*

*(...)*

*Frequentemente esquecida nas referências à Instituição, o empenhamento da sua recém-criada Unidade de Segurança e Honras de Estado nas tarefas honoríficas e de protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania do estado assume natural importância pela responsabilidade e visibilidade dos actos públicos em que participa.*

*(...)*

*Estivemos e estamos presentes com forças em algumas zonas do globo integrando missões internacionais de gestão de crises com o objectivo de ajudar na construção da*

*paz e da estabilidade e, indirectamente, promover a segurança interna do nosso país.*

*Integrando forças multinacionais no Iraque ou em Timor, onde ainda nos mantemos com 160 militares, ajudando na formação de quadros e forças das nações amigas de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor e guarnecendo postos de comando e quartéis-generais ou assessorando entidades cooperantes e governamentais em muitas regiões do Mundo, desde a República Democrática do Congo à Palestina, ao Kosovo ou à Geórgia, forças e militares da Guarda Nacional Republicana dão resposta modelar ao que se lhes exige no processo complexo de procurar soluções para algumas situações de conflitualidade que todos conhecemos.*

*Conjuntamente com a Espanha, França, Itália, Holanda e Roménia participamos, ainda, na EUROGENDEFOR, Força de Gendarmerie Europeia que tem o seu quartel-general (QG) permanente em Vicenza, Itália, e estamos presentes na Bósnia-Herzegovina com 40 elementos, integrando a força da missão militar da União Europeia (EUFOR), responsável pela “Operação Althea” naquele país.*

*Através de dois Oficiais com o posto de Coronel, a Guarda exerce o comando desta força europeia na Bósnia -Herzegovina, designada Unidade Integrada de Polícia (IPU), e desde Julho de 2009 do QG da EUROGENDEFOR, em Vicenza, assumindo, deste modo, um destacado protagonismo no espaço europeu das forças de segurança, que projecta internacionalmente a Instituição e o próprio país.*

*(...)*

*Instrumento da diplomacia portuguesa na defesa do interesse nacional além-fronteiras a Guarda Nacional Republicana de hoje é, por isso, uma força multidisciplinar e polivalente com um quadro de actuação que ultrapassa a sua dimensão enquanto força policial. Esta multidisciplinidade tem tradução igualmente, na colaboração dada pela Guarda na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei, podendo as suas forças ser colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência. Complementarmente às tarefas que lhe cabem em matéria de segurança interna pode, assim, este Corpo Especial de Tropas realizar missões no âmbito da segurança externa.*

*(...)*

*Com a sua tradicional modéstia e descrição a Guarda continua a ser uma força indispensável ao país e aos cidadãos que nele vivem. A natureza militar confere-lhe cada dia que passa maior importância no contexto das ameaças que apoquentam as sociedades, esbatida que vai sendo a fronteira entre o que é segurança interna ou deva ser tratado no âmbito da defesa. Não é, assim, estranho que o modelo de forças de Gendarmerie - com a dupla valência policial e militar de intervenção - seja adoptado por forças de segurança de outras nações, que reconhecem, desta forma, a mais valia do*

*modelo, ou que forças desta natureza sejam seleccionadas para cumprir missões onde é necessário construir ou manter a paz ou, ainda, os seus elementos escolhidos para formar e treinar forças de segurança de novos países. Estou convicto que forças policiais capazes de se reconverterem, quando necessário, em forças disponíveis para responder pronta e eficazmente a ameaças de outro tipo e maior grau de perigosidade, irão desempenhar um papel ainda mais essencial e relevante no ambiente securitário futuro.*

*(...)*

*Prevejo, no entanto, que o futuro nos trará preocupações acrescidas neste domínio. O aumento da criminalidade e, principalmente, da sua qualidade é um fenómeno actual nas sociedades modernas e desenvolvidas e que, porventura, tenderá a institucionalizar-se. Não podemos ter a veleidade de erradicar o crime e a delinquência, mas devemos contê-los em níveis aceitáveis, impedindo a sua escalada de forma a que não sejam percebidos como impunes pela sociedade e por quem os pratica e, acima de tudo, não desencadeiem um clima de insegurança entre a população.*

*Por outro lado, dada a inter-relação e interdependência frequente entre delinquência e criminalidade organizada transnacional ou o terrorismo, os poderes públicos passaram a ser confrontados com um conjunto heterogéneo de ameaças de natureza e origem diferentes e praticados por actores múltiplos.*

*A segurança das nações é, assim, nos dias de hoje uma questão bem mais complexa do que no passado e um conceito evolutivo e abrangente, quer do ponto de vista dos sectores que envolve quer quanto ao espaço geográfico onde se desenrola. Creio poder afirmar que nenhum Estado é actualmente capaz de garantir a sua própria segurança autonomamente sem o concurso e a colaboração de outros estados.*

*A este propósito não estará deslocado lembrar a recente intervenção de sua excelência o Ministro da Defesa Nacional na sessão de apresentação do seu livro “Contributos para uma política de defesa”, na qual exortou as forças políticas com responsabilidade a encontrarem na próxima revisão constitucional uma solução que permita maior articulação entre as Forças Armadas e de Segurança. Referia, ainda, o Professor Nuno Severiano Teixeira que face às ameaças e aos riscos com que hoje as nossas sociedades se debatem, era absolutamente obrigatório que encarássemos a segurança de um ponto de vista cooperativo e numa perspectiva integrada de segurança e defesa, à semelhança do que vários dos nossos aliados na NATO e na EU já fazem. As minhas experiências, num passado muito recente, como Oficial do Exército com algumas responsabilidades, e agora como comandante da Guarda Nacional Republicana levam-me a concordar inteiramente com as declarações do senhor Ministro e, mais do que isso, dizer que urge que os responsáveis políticos tomem decisões que vão ao encontro das suas palavras.*

*A concretização de um modelo gestor que contemple a coordenação e a direcção integrada do combate às ameaças que no âmbito da segurança e defesa se colocam na actualidade às sociedades e ao nosso país, tornará, certamente, mais eficaz e económico esse combate.*

*Poderei, assim, concluir que a criminalidade não é, por isso, um problema exclusivo das polícias e que no seu combate devem ser empregues todos os meios que permitam ir vencendo as batalhas diárias de forma a que a guerra global contra o crime nunca se perca, como infelizmente acontece noutras partes do mundo. No conjunto das acções visando a contenção do fenómeno a acção policial será sempre e apenas mais um dos elos de uma cadeia que inclui intervenções de natureza económica, social e judicial numa sequência e com um desenvolvimento que se pretende sejam convenientemente coordenados e aplicados. Torna-se, assim, desejável que todos os agentes que podem prevenir e fazer inflectir esta ameaça actuem com políticas dirigidas ao combate e contenção do fenómeno, não remetendo para as forças e serviços de segurança a exclusiva responsabilidade pelo grau de crescimento ou diminuição deste flagelo.*

*O crime existe porque há quem o pratique. Como e porquê se iniciam os seus autores nesta prática, porque são tão jovens alguns deles e o que os leva à profissionalização, que factores determinam a variação temporal e regional das acções criminosas? São algumas das questões, entre muitas outras, para as quais importaria encontrar respostas, não reduzindo o debate sobre o assunto, em exclusivo, à existência ou não de mais polícias, à adequação do seu dispositivo, ou à qualidade e quantidade dos equipamentos que usam.*

*Apesar de serem importantes os instrumentos policiais empregues, o fenómeno da criminalidade não se enfrenta só com acções de investigação e repressão dos actos e práticas ilegais, antes exige a sua prevenção com a presença das forças no terreno, sem dúvida, mas, antecipando, também, o combate às causas do problema através do estabelecimento de uma política integrada de segurança, de preferência sustentada num acordo de regime coerente e durável, que contemple a estratégia a seguir, no curto e médio prazo, por todos os parceiros que possam ser intervenientes no processo.*  
(...)

## **Forças Nacionais Destacadas em Setembro 2009**

Em Setembro de 2009, segundo informação do EMGFA, as Forças Armadas Portuguesas tinham 862 militares destacados fora do território nacional. Forças constituídas no Kosovo, Afeganistão, Líbano e embarcados no âmbito da SNMG 1 e pequenos conjuntos de militares na Bósnia, Congo, Somália, Etiópia, Guiné-Bissau e Timor-Leste. A isto acrescem militares destacados em missões de Cooperação Técnico Militar em Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor-Leste.

Portugal participa assim nas seguintes missões e locais com os efectivos indicados:

NATO, ISAF (Afeganistão) - 144 militares

QG ISAF(HQ Compound) - 4

Módulo de Apoio às FND (Camp Warehouse) - 56

3ª OMLT de Guarnição (Camp Warehouse) - 11  
QG RCC (Camp Warehouse) - 1  
1ª OMLT de Divisão (KAIA) - 16  
Equipa de Saúde Role 2 (KAIA) - 16  
Destacamento C-130 (KAIA) - 40

NATO, KFOR (Kosovo) - 292 militares  
HK KFOR (Film City) - 5  
1BI/BrigInt - (Camp Slim Lines) - 287

### **NATO, Standing Naval Maritime Group - 1**

Entre Janeiro de 2009 e Janeiro de 2010 o Comando do SNMG1 está a ser exercido por Portugal como aliás já aqui noticiamos nestas Crónicas (ver Revista Militar ...  
A fragata "Álvares Cabral" integrou desde o dia 19 de Janeiro de 2009 e até 12 de Março de 2009 esta Força Naval Permanente da NATO e desde esta última data o navio chefe da SNMG1 passou a ser o NRP "Corte Real".

### **NATO, Operação "Active Endeavour"**

Portugal, através de unidades navais, iniciou a sua participação na Operação "ACTIVE ENDEAVOUR" (OAE) em Novembro de 2001, primeiro no Mediterrâneo Oriental e posteriormente estendida ao Estreito de Gibraltar. A participação nacional tem decorrido no âmbito do seu empenhamento nas forças navais permanentes da NATO, primeiro na STANAVFORLANT e, desde 2005, através da SNMG1. A partir de Março de 2005 a participação nacional passou a concretizar-se também através de uma aeronave P3-P da Força Aérea, com quatro saídas/mês até ao final de 2007. Desde Janeiro de 2008 passou a ser de 2 saídas/mês.

### **ONU:**

UNIFIL (Líbano) - 146  
HQ UNIFIL (Naqoura) - 5  
UnEng6 (Shama) - 141

### **UE:**

EUFOR (Bósnia-Herzegovina) - 49 (15 FFAA e 35 GNR)  
HQ EUFOR (Camp Butmir - Sarajevo) - 1 FFAA  
HQ IPU (Camp Butmir - Sarajevo) - 8 GNR  
IPU (Camp Butmir - Sarajevo) - 22 GNR (Pelotão Manutenção Ordem Pública) e 5 GNR (Equipa investigação Criminal)  
RCC 4 (Tuzla) - 1 FFAA  
LOT 3 (Derventa) - 6 Exército  
LOT 4 (Modrica) - 6 Exército

Militares portugueses, em números substancialmente mais reduzidos - presença simbólica para assegurar o comprometimento de Portugal - estão ainda envolvidos em missões como a **EU NAVFOR - ATALANTA** que decorre na Somália e um oficial da



Marinha participa embarcado num navio estrangeiro; em Timor-Leste na UNMIT temos 2 militares do Exército e 1 da Marinha; Portugal participa na EU SEC - Congo (Missão de Aconselhamento Assistência sobre a Reforma do Sector de Segurança) com 2 militares e na EU SSR-Guiné-Bissau (European Security Sector Reform) com dois 2 militares (1 Of do Exército e 1 Of da Marinha). Na UNAMA (Missão das Nações Unidas no Afeganistão) temos 1 observador militar.

Segundo as Nações Unidas que mantêm um “ranking” actualizado no seu site na Internet, Portugal era em Agosto o 44º país que mais contribuía para as suas missões com 351 efectivos (militares e policias).

## **Efectivos das Forças Armadas**

O Decreto-Lei n.º261/2009 publicado em 28 de Setembro de 2009 estabelece os efectivos de pessoal dos quadros permanentes da Marinha, Exército e Força Aérea, na situação de activo, decorrentes da nova organização das Forças Armadas. Em termos globais nota-se uma redução dos efectivos definidos para a anterior organização (Decreto-Lei 202/93 de 3 de Junho), nos seguintes quantitativos:

1993 - 19.894

2009 - 18.538

Segundo o Anuário Estatístico da Defesa Nacional (pág.27) referente a 1993 os três ramos das Forças Armadas dispunham nesse ano de 21.291 militares do Quadro Permanente no activo, 2.111 em Regime de Voluntariado, 8.532 em Regime de Contrato e 45.975 em Serviço Efectivo Normal (o antigo Serviço militar Obrigatório), perfazendo um total de 77.909 portugueses que usaram uniforme militar durante esse ano. Os últimos dados oficiais publicados, o Anuário Estatístico da Defesa Nacional (pág. 69) de 2006, referem um efectivo total das Forças Armadas de 38.086 (Quadros Permanentes no Activo, Regime de Voluntariado e Regime de Contrato). Assim sendo o efectivo real das Forças Armadas entre 1993 e 2006 foi reduzido em 39.823 militares, ou seja, um corte de aproximadamente 51%.

## **Os 100 anos da Aviação em Portugal em DVD**

Como já referimos nestas Crónicas Militares Nacionais de Maio último, estão em curso durante o ano de 2009 as comemorações dos 100 Anos da Aviação em Portugal. *O 1º voo teve lugar junto à Torre de Belém em 17 de Outubro de 1909, representando esta data a institucionalização do associativismo dos entusiastas aeronáuticos, pioneiros da fundação do Aero-Clube de Portugal, onde se iniciaram os trabalhos da comissão de estudo que originou a criação da Aeronáutica Militar e da Aviação Naval, precursoras da Força Aérea.*

Além do programa de actividades oportunamente divulgado e que está a ser cumprido, outras acções de divulgação da “causa do ar” merecem destaque e estão a chegar ao público interessado. É o caso do DVD intitulado “Nos destinos do céu, da água e do ar - História da Aviação Militar em Portugal”, oferecido à Revista Militar pela Força Aérea Portuguesa, que o editou. Trata-se de um muito meritório trabalho dos seus Serviços de Documentação/Centro de Audiovisuais com a apresentação de um grande volume de imagens animadas e fixas, algumas muito pouco vistas entre nós. Com João Torto em 1540, Bartolomeu de Gusmão em 1709 e o primeiro aeronauta português, Abreu de Oliveira que em 1884 se elevou num balão a gás na Tapada da Ajuda, se inicia esta história bem portuguesa em grande parte ainda desconhecida. Mas muitos mais se seguiram, parte importante dos quais militares como Cipriano Pereira Jardim - oficial do Exército - que estudou a construção de um dirigível para fins militares no final do século XIX. Esta história inicial faz ainda interessantes incursões ao que se ia passando fora de Portugal para enquadrar o assunto. Segue referindo aviadores e aviões que em Portugal actuaram no início do século XX, os primeiros dos quais foram adquiridos por civis e alguns mesmo por subscrição pública.

Passo importante no desenvolvimento da aeronáutica nacional a criação em 11 de Dezembro de 1909 do Aero-Clube de Portugal, por grande número de oficiais do Exército que assim desejavam impulsionar a criação da aviação militar. Em 1914 surge a primeira lei que prevê a criação da aviação militar e em 1916 inicia-se a formação de pilotos militares.

A participação de pilotos portugueses na 1ª Guerra Mundial é de seguida referida, bem assim como a morte em combate aéreo de Óscar Monteiro Torres em França, a criação da “Base” de S. Jacinto (Aveiro) pela aviação naval francesa e o envio de pilotos e máquinas para Moçambique e Angola.

E isto é apenas o princípio de uma epopeia que levará pilotos nacionais da Marinha e Exército ao Brasil, África e Oriente em diversos voos de grande risco e rigor científico, ficando algumas destas viagens na história da aviação mundial. É também neste período entre guerras que se iniciam os voos comerciais em Portugal que depois da 2ª Guerra Mundial se alargaram às colónias.

Em 1952 é criada a Força Aérea Portuguesa juntando os meios e as infra-estruturas aeronáutica da Marinha e do Exército e dá-se início a um período de forte expansão do poder aéreo em Portugal. Novas aeronaves - nomeadamente as primeiras a “jacto” - são adquiridas e aumentam-se os efectivos e a formação. É também dado destaque à actuação das patrulhas acrobáticas da Força Aérea e à criação das Tropas Pára-quedistas com o seu envolvimento nos primeiros momentos da guerra em África e o nascimento das Enfermeiras Pára-quedistas. Um capítulo importante é destinado a relatar a acção da Força Aérea no decurso da guerra em África desde 1959 (Exercício Himba), a colocação de meios aéreos em Angola no ano de 1960 e o apoio às operações terrestres depois do início do conflito. Segue-se Guiné e Moçambique, referindo-se não só a acção combatente como a enorme rede de infra-estruturas aeronáuticas ali construídas e ainda o transporte aéreo intercontinental e tático.

Terminada a guerra segue-se a adaptação aos novos tempos, meios aéreos e missões, entrando-se na actualidade. Aqui é feita uma “passagem” por várias áreas de actuação da Força Aérea, quer na parte operacional quer logística e nas missões que actualmente cumpre, dentro e fora de Portugal.

Neste momento presente é feita alusão às últimas aeronaves que chegaram à Força Aérea, à necessidade de manter os altos padrões de formação do seu pessoal e termina este DVD de 36 minutos com uma mensagem do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Luís Araújo, alusiva ao centenário.

\* Tenente-coronel SG Pára-quedista. Sócio Efectivo e Secretário da Assembleia Geral da Revista Militar.